

144ª Zona Eleitoral .....	547
145ª Zona Eleitoral .....	550
147ª Zona Eleitoral .....	573
Índice de Advogados .....	576
Índice de Partes .....	582
Índice de Processos .....	603

## ATOS DO CORREGEDOR

### PORTARIAS

#### PORTARIA VPCRE/GO Nº 04/2021

O VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL, Desembargador Luiz Eduardo de Sousa, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto pelos artigos 152, parágrafo único da Lei nº 8.112/90 e § 3º do art. 43 da Resolução TRE-GO nº 339/2020, e tendo em vista a decisão de exarada no Processo Judicial Eletrônico nº 0600021-34.2021.6.09.0000,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por 60 (sessenta) dias o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processante instaurada pela Portaria VPCRE nº 01/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Intime-se.

Goiânia/GO, 31 de maio de 2021.

Des. LUIZ EDUARDO DE SOUSA

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 129, DE 25 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão nº 553/2017 - TCU - Plenário, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao primeiro quadrimestre de 2021 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU - Plenário - item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Desembargador LEANDRO CRISPIM

Presidente

[Relatório de Gestão Fiscal.pdf](#)

[Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal.pdf](#)

## ATOS DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### COMUNICADOS

#### SELEÇÃO AUXÍLIO BOLSA DE ESTUDOS 2021

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO I LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)		
	LIQUIDADAS														
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021		TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	13.433.973,50	13.592.512,57	13.469.965,94	13.564.378,89	13.383.797,26	13.598.421,25	23.204.651,07	20.484.528,21	17.571.394,99	13.436.266,32	14.651.823,39	13.576.710,35	183.968.423,71	613.883,88	184.582.307,59
<b>Pessoal Ativo</b>	11.800.572,02	11.622.553,09	11.494.223,80	11.614.205,50	11.467.063,40	11.669.707,80	20.377.395,19	18.547.670,12	14.733.571,03	11.578.927,88	12.829.324,09	11.754.111,30	159.189.325,22	612.883,88	159.802.209,10
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.732.199,67	9.835.810,13	9.703.652,52	9.816.816,32	9.687.551,74	9.884.731,82	16.854.770,24	16.755.659,29	12.980.217,77	9.784.753,56	11.057.160,42	9.968.110,86	136.061.434,34	606.580,55	136.668.014,89
Obrigações Patronais	1.768.372,35	1.786.742,96	1.790.571,28	1.797.389,18	1.779.511,66	1.784.975,98	3.522.624,95	1.792.010,83	1.753.353,26	1.794.174,32	1.772.163,67	1.786.000,44	23.127.890,88	6.303,33	23.134.194,21
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	1.916.733,86	1.928.713,45	2.827.255,88	1.936.858,09	2.837.823,93	1.857.338,44	1.822.499,30	1.822.599,05	24.779.098,49	1.000,00	24.780.098,49
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.516.320,95	1.546.778,29	1.552.560,55	1.518.553,33	1.493.552,27	1.485.141,26	2.256.340,99	1.552.788,61	2.242.533,45	1.459.632,92	1.424.896,21	1.424.896,21	19.473.995,04	1.000,00	19.474.995,04
Pensões	417.080,53	423.181,19	423.181,59	431.620,06	423.181,59	443.572,19	570.914,89	384.069,48	595.290,48	397.705,52	397.603,09	397.702,84	5.305.103,45	0,00	5.305.103,45
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	1.992.458,53	2.009.317,66	2.037.391,57	1.986.146,87	1.931.636,69	1.928.713,45	2.905.962,38	1.174.569,29	2.837.823,93	1.863.652,56	1.906.241,77	1.865.255,46	24.439.170,16	237.596,31	24.676.766,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	59.057,05	39.358,18	61.649,43	35.973,48	14.902,83	0,00	78.706,50	63.963,42	0,00	6.314,12	83.742,47	42.656,41	486.323,89	237.596,31	723.920,20
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	1.916.733,86	1.928.713,45	2.827.255,88	1.110.605,87	2.837.823,93	1.857.338,44	1.822.499,30	1.822.599,05	23.952.846,27	0,00	23.952.846,27
<b>DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	11.441.514,97	11.583.194,91	11.432.574,37	11.578.232,02	11.452.160,57	11.669.707,80	20.298.688,69	19.309.958,92	14.733.571,03	11.572.613,76	12.745.581,62	11.711.454,89	159.529.253,55	376.287,57	159.905.541,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)</b>	<b>159.905.541,12</b>	<b>0,020957%</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	178.227.053,31	0,023358%
LIMITE PRORROGATIVO (VII) = 0,9% x VII (parágrafo único do art. 22 da LRF)	160.315.700,65	0,021190%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = 0,50% x VI (inciso II do art. 59 da LRF)	160.404.347,98	0,021022%

FONTE: Sistema SIAFI, COFL, 23/05/2021.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1. Limites máximo e prorrogativo estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 29 de maio de 2021, publicado em 24 de maio de 2021.

Sandra Fleury Nogueira  
 Secretária de Auditoria Interna

Christine Ferreira Resplande  
 Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Wilson Gamboje Junior  
 Diretor-Geral

Des. Leandro Crispim  
 Presidente do TRE/GO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2020 A ABRIL/2021

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		184.582.307,59		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		24.676.766,47		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		159.905.541,12		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		763.023.603.538,79		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,020957%		
		% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO U	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,023424%	178.730.648,89
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente <sup>12</sup> : Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023401%	178.555.153,46
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente <sup>12</sup> : -		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente <sup>12</sup> : Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023358%	178.227.053,31
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015.3			-

<sup>11</sup> Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

<sup>12</sup> Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

<sup>13</sup> Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Christine Ferreira Resplande  
 Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Sandra Fleury Nogueira  
 Secretária de Auditoria Interna

Wilson Gomboge Júnior  
 Diretor- Geral

Des. Leandro Crispim  
 Presidente do TRE-GO